



(todos os fatos), da Lei nº 2.180/54, como decorrente de infortúnio da própria vítima, caso fortuito, mandando arquivar os presentes autos, conforme promoção da Douta Procuradoria Especial da Marinha. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 12 de dezembro de 2013.

Proc. nº 28.004/2013

Relator: Juiz Fernando Alves Ladeiras

EMENTA: N/M "NÉLIO CORRÊA". Óbito de passageira. Com pedido de arquivamento da D. Procuradoria Especial da Marinha. Causa não apurada com a devida precisão. Arquivamento.

Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: óbito de passageira a bordo do N/M "NÉLIO CORRÊA", encontrada sem vida após a atracação no porto da Empresa Marques Pinto Navegação Ltda., na orla fluvial de Belém, PA, sem danos materiais e sem registro de poluição ao meio ambiente hídrico; b) quanto à causa determinante: não apurada com a devida precisão; e c) decisão: julgar o fato da navegação, tipificado no art. 15, letra "e" (exposição a risco), da Lei nº 2.180/54, como decorrente de causa indeterminada, arquivando os presentes autos, conforme promoção da Douta Procuradoria Especial da Marinha. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 12 de dezembro de 2013.

Proc. nº 28.094/2013

Relator: Juiz Fernando Alves Ladeiras

EMENTA: Ferry Boat "CIDADE DE TUTÓIA I". Lesão corporal grave no antebraço esquerdo do motorista de uma carreta, durante o seu carregamento. Causa não apurada com a devida precisão, mas com indícios de caso fortuito. Com pedido de arquivamento da D. Procuradoria Especial da Marinha. Arquivamento.

Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: lesão corporal sofrida pelo condutor de um veículo que estava sendo embarcado no Ferry Boat "CIDADE DE TUTÓIA I", quando esta embarcação se encontrava na rampa de acesso ao terminal da Ponta da Espera, baía de São Marcos, São Luís, MA, sem danos materiais e sem registro de poluição ao meio ambiente hídrico; b) quanto à causa determinante: não apurada com a devida precisão; e c) decisão: julgar o fato da navegação, tipificado no art. 15, letra "e" (exposição a risco), da Lei nº 2.180/54, como decorrente de causa indeterminada, mas com indícios de caso fortuito, mandando arquivar os presentes autos, conforme promoção da Douta Procuradoria Especial da Marinha. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 17 de dezembro de 2013.

Proc. nº 28.208/2013

Relator: Juiz Fernando Alves Ladeiras

EMENTA: B/M "COMANDANTE NOSSA SENHORA APARECIDA". Queda na água e desaparecimento de passageiro. Com pedido de arquivamento da D. Procuradoria Especial da Marinha. Equiparado aos casos cujas circunstâncias determinantes não puderam ser apuradas com a necessária precisão. Infrações ao RLESTA. Arquivamento.

Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: queda na água do passageiro Moisés Rodrigues de Lima, de bordo do B/M "COMANDANTE NOSSA SENHORA APARECIDA", em viagem no rio Madeira, nas proximidades da comunidade São Miguel, Porto Velho, RO, cujo corpo não foi encontrado; b) quanto à causa determinante: não apurada com a necessária precisão; e c) decisão: julgar o fato da navegação, tipificado no art. 15, letra "e" (exposição a risco), da Lei nº 2.180/54, como equiparado aos casos cujas circunstâncias determinantes não puderam ser apuradas com a necessária precisão, acolhendo a promoção por arquivamento da Douta Procuradoria Especial da Marinha. Oficiar à Delegacia Fluvial de Porto Velho, agente da Autoridade Marítima, para as sanções cabíveis, as infrações ao RLESTA apontadas nos autos: art. 13, inciso III (não dispor a bordo dos tripulantes conforme CTS); e art. 22, inciso V (passageiro não relacionado na lista de passageiros), da responsabilidade do proprietário da embarcação, José Ribeiro Passos. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 19 de dezembro de 2013.

Proc. nº 26.175/2011

Relator: Juiz Sergio Bezerra de Matos

EMENTA: Lancha "DAN DAN". Fato da navegação. Queda na água de brasileira embarcada em dispositivo "banana boat" em águas interiores, sem registro de danos materiais e nem ambientais. Praia do Forte, Cabo Frio, Rio de Janeiro. Causa não apurada. Arquivamento.

Autora: A Procuradoria.

Representado: Ivaldo Basto Quintanilha (Condutor) (Adv^a. Dr^a Gisele Souza Guimarães - OAB/RJ nº 146.261).

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: queda na água de pessoa embarcada em dispositivo "banana boat" rebocado pela lancha "DAN DAN" quando realizava atividade recreativa na praia do Forte, Cabo Frio, RJ, sem registro de danos materiais e nem ambientais; b) quanto à causa determinante: não apurada com a devida precisão; e c) decisão: julgar o fato da navegação capitulado no art. 15, alínea "e", da Lei nº 2.180/54, como de origem desconhecida. Exculpar Ivaldo Basto Quintanilha, por insuficiência de provas e mandar arquivar os autos. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 14 de novembro de 2013.

Proc. nº 28.075/2013

Relator: Juiz Sergio Bezerra de Matos

EMENTA: Rebocador "TAG-5". Acidente da navegação. Colisão de embarcação estrangeira com o cais, durante manobra de atracação, sem registro de danos pessoais e nem ambientais. Terminal Marítimo Inácio Barbosa, Barra dos Coqueiros, Sergipe. Causa não apurada. Arquivamento.

Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: colisão do R/B "TAG-5" com o cais do terminal marítimo Inácio Barbosa, Barra dos Coqueiros, SE, durante manobra de atracação, sem registro de danos pessoais e nem ambientais; b) quanto à causa determinante: não apurada com a devida precisão; e c) decisão: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como de origem desconhecida, mandando arquivar os Autos, conforme a promoção da PEM. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 19 de dezembro de 2013.

Proc. nº 27.389/2012

Relator: Juiz Geraldo de Almeida Padilha

EMENTA: N/M "MARITIME EMERALD". Colisão de navio mercante estrangeiro contra o píer fixo do terminal Anglo American Ferrous, provocando avarias no costado de bombordo, sem vítimas e sem danos ao meio ambiente. Erro de manobra. Imprudência e negligência. Condenação.

Autora: A Procuradoria.

Representado: Ferdinando de Souza Fialho Júnior (Prático) (Adv^a. Dr^a Ana Lourdes Mello de Figueiredo - OAB/RJ nº 84.339).

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: colisão de navio mercante estrangeiro contra o píer fixo do Terminal Anglo American Ferrous, provocando avarias no costado de bombordo, sem vítimas e sem danos ao meio ambiente; b) quanto à causa determinante: erro de manobra; e c) decisão: julgar o acidente da navegação previsto no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de imprudência e negligência, condenando Ferdinando de Souza Fialho Junior à pena de multa no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) de acordo com o art. 121, inciso VII c/c art. 124, inciso I, da Lei nº 2.180/54, com a redação dada pela Lei nº 8.969/94 e ao pagamento das custas processuais. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 03 de abril de 2014.

Rio de Janeiro-RJ, 26 de maio de 2014.

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 461, DE 26 DE MAIO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II da Constituição, tendo em vista o disposto na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, bem como no art. 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e nos arts. 12 e 14 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Fica subdelegada competência ao Presidente da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH, vedada nova subdelegação, para requerer a cessão de servidores públicos da União, dos Estados e dos Municípios, conforme disposto no art. 93 da Lei 8.112, de 1990, e no inciso I do art. 3º do Decreto nº 4.050, de 12 de dezembro de 2001.

Art. 2º Fica subdelegada competência ao Presidente da EBSERH, vedada nova subdelegação, para autorizar o afastamento de ocupantes de cargos de confiança para o exterior, conforme disposto no art. 95 da Lei nº 8.112, de 1990, e no art. 2º do Decreto nº 1.387, de 7 de fevereiro de 1995.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES

PORTARIA Nº 462, DE 26 DE MAIO DE 2014

Aprova o Regulamento do Prêmio Professores do Brasil - 8ª Edição.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso I da Constituição, e tendo em vista as deliberações da Comissão Organizadora Nacional do "Prêmio Professores do Brasil - PPB, 8ª Edição", resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Regulamento do PPB 8ª Edição na forma do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES

ANEXO

REGULAMENTO DO PRÊMIO PROFESSORES DO BRASIL - 8ª EDIÇÃO

O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC), por meio da Secretaria de Educação Básica - SEB e em parceria com a Fundação SM, o Instituto Votorantim, a Associação Brasileira de Editores de Livros Escolares - Abrelivros, a Fundação Volkswagen, o Conselho Nacional dos Secretários de Educação - CONSED, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a

Ciência e a Cultura - OEI, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, o Serviço Social do Comércio - SESC e a Associação de Comunicação Educativa Roquete Pinto - ACERP, aqui denominados "instituições parceiras", resolve tornar pública a realização do "Concurso Prêmio Professores do Brasil - 8ª Edição", mediante as regras estabelecidas neste regulamento.

CAPÍTULO I

DO PRÊMIO

Art. 1º O Prêmio Professores do Brasil, instituído pelo MEC e oferecido pelas instituições parceiras, objetiva reconhecer o mérito de professores pela contribuição dada à melhoria da qualidade da Educação Básica por meio do desenvolvimento de experiências pedagógicas bem sucedidas.

Art. 2º O Prêmio consiste na seleção e premiação de experiências pedagógicas desenvolvidas por professores das escolas públicas, instituições educacionais comunitárias, filantrópicas e confessionais, conveniadas aos sistemas públicos de ensino, em uma das etapas da Educação Básica que, comprovadamente, tenham tido êxito, considerando as diretrizes propostas no Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, instituído pelo Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, no contexto do Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE, e os critérios estabelecidos neste Regulamento.

Art. 3º São objetivos do Prêmio:

I - reconhecer o trabalho dos professores das redes públicas, instituições educacionais comunitárias, filantrópicas e confessionais, conveniadas aos sistemas públicos de ensino que, no exercício da atividade docente, contribuíam de forma relevante para a qualidade da Educação Básica no Brasil;

II - valorizar o papel dos professores como agentes fundamentais no processo formativo das novas gerações;

III - dar visibilidade às experiências pedagógicas conduzidas pelos professores, e que sejam passíveis de adoção por outros professores e pelos sistemas de ensino; e

IV - estimular a participação dos professores como sujeitos ativos na implementação do Plano de Desenvolvimento da Educação.

Art. 4º São categorias de premiação:

I - Temas Livres;

II - Temas Específicos:

Art. 5º São subcategorias da Categoria Temas Livres:

a) Educação Infantil;

b) séries/anos Iniciais do Ensino Fundamental;

c) séries/anos Finais do Ensino Fundamental; e

d) Ensino Médio.

Art. 6º São subcategorias da Categoria Temas Específicos:

a) Educação Integral;

b) Ciências para os anos iniciais do Ensino Fundamental;

c) Alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental;

d) Educação Digital articulada ao desenvolvimento do currículo.

Art. 7º Serão premiados 5 (cinco) professores em cada uma das 8 (oito) subcategorias, totalizando 40 experiências selecionadas.

§ 1º Em cada subcategoria deverá ser premiado 1 (um) professor por região geográfica do país.

§ 2º As experiências apresentadas na Categoria Temas Específicos deverão estar articuladas às políticas ou aos programas do Ministério da Educação, conforme os critérios estabelecidos neste Regulamento.

CAPÍTULO II

DA CANDIDATURA

Art. 8º Poderão candidatar-se ao Prêmio Professores do Brasil - 8ª Edição, professores da Educação Básica no exercício da atividade docente em estabelecimentos escolares dos sistemas públicos de ensino e das instituições educacionais comunitárias, filantrópicas e confessionais, conveniadas aos sistemas públicos de ensino.

§ 1º Os projetos premiados nas edições anteriores não poderão concorrer nesta edição do Prêmio Professores do Brasil.

§ 2º Experiências institucionais ou desenvolvidas por toda a escola poderão concorrer ao Prêmio.

§ 3º Deverão ser inscritas por somente um dos professores envolvidos as experiências desenvolvidas na turma ou em uma das turmas em que coordenou o trabalho.

§ 4º Apenas poderão ser inscritas experiências com resultados comprovados durante o ano letivo de 2013 ou 2014 até a data de início da inscrição.

Art. 9º Cada candidato só poderá concorrer com uma experiência, somente em uma das categorias e em uma das subcategorias previstas no art. 5º deste Regulamento.

§ 1º O autor deverá indicar no formulário eletrônico de inscrição a categoria e a subcategoria à qual estará concorrendo, sob pena de desclassificação.

§ 2º Em caso de mais de um autor, receberá a premiação apenas o professor que inscreveu a experiência e que foi indicado no formulário eletrônico de inscrição como autor principal, não cabendo ao MEC nem às instituições parceiras nenhuma responsabilidade pela divisão de prêmios.

CAPÍTULO III

DA INSCRIÇÃO

Art. 10 A inscrição do candidato no Prêmio Professores do Brasil - 8ª Edição ocorrerá em 2 (duas) etapas:

I - preenchimento e envio, via internet, do formulário de inscrição apresentado no endereço premioprofessoresdobrasil.mec.gov.br; e

II - envio, por via postal (SEDEX ou normal com Aviso de Recebimento), do relato da experiência, conforme disposto no §1º do art. 11.